



Carta Aware

MARÇO 2023



AWARE
INVESTMENTS

Leia mais em nosso site: www.awaregestao.com

Estados Unidos

Armas à postos contra o inimigo inflacionário. A conjuntura se tornou tão complexa que nem mesmo uma recessão parece ser o suficiente para frear a inflação.

O PIB norte-americano cresceu ao ritmo anualizado de 2,6% no quarto trimestre de 2022, de acordo com dados finais publicados pelo Departamento de Comércio do país. O resultado ficou abaixo da estimativa anterior e da projeção de analistas consultados pelo The Wall Street Journal, de alta de 2,7% em ambos os casos. Na mesma sintonia negativa, o núcleo do índice de preços de gastos com consumo (PCE) nos Estados Unidos subiu 0,3% em fevereiro ante janeiro e 4,6% na comparação com o mesmo mês do ano passado anual, segundo dados divulgados também pelo Departamento de Comércio americano. O resultado veio abaixo do esperado pelo mercado, uma vez que o consenso Refinitiv projetava alta mensal de 0,4% e anual de 4,7%. No tocante à demanda industrial e ao mercado de trabalho, mais notícias desagradáveis. Os novos pedidos de bens manufaturados nos Estados Unidos diminuíram 0,7% em fevereiro, para US\$ 536,4 bilhões. O dado se segue a outra queda, de 2,1% (revisada), registrada em janeiro. Nos últimos quatro meses o indicador mostrou retração em três oportunidades. O consenso Refinitiv esperava uma queda nas encomendas à indústria de 0,5% em fevereiro. Já a abertura dos postos de trabalho caiu de 10,563 milhões em janeiro a 9,931 milhões no mês de fevereiro. Na odisséia monetária enfrentada pelo Fed, já se assume que as medidas tomadas até então não serão suficientes e o pessimismo regressou.

Ainda que com repercussões controversas devido ao momento delicado em que o setor bancário norte-americano se encontra, o Fed mais uma vez elevou juros em prol de segurar as forças inflacionárias. Com uma subida de 0,25 p.p., os juros atingiram a faixa de 4,75% a 5%. De acordo com o Fomc, o comitê de política monetária do banco, a decisão levou em conta indicadores que apontaram "crescimento modesto do gasto e da produção". "Os ganhos de empregos aumentaram nos últimos meses e estão ocorrendo em um ritmo robusto; a taxa de desemprego manteve-se baixa. A inflação continua elevada", afirmou o Fomc, em comunicado. O comunicado ainda acrescenta que haverá uma redução das participações em títulos do Tesouro dos EUA e dívidas de agências e títulos lastreados em hipotecas de agências, conforme descrito em planos anunciados anteriormente.

E não é tudo. O presidente do Fed de Richmond, Tom Barkin, disse que, caso a inflação persista, a instituição poderá reagir aumentando as taxas de juros ainda mais. Ele acredita, no entanto, que é possível que o aperto às condições de crédito, somada aos efeitos atrasados da política de juros do ano passado, reduza a inflação relativamente rápido. Barkin afirmou ainda que os fluxos de depósitos aparentam estar relativamente estáveis, depois do colapso do Silicon Valley Bank (SVB) e do Signature Bank, mesmo que poucos bancos ainda estejam lidando com seus próprios problemas.

Ainda que Barkin tente minimizar o estrago causado por estes dois casos e pelo resgate do Credit Suisse pelo rival UBS, outras referências, como Jamie Dimon, presidente-executivo do JPMorgan Chase & Co, enxergam que "a crise atual ainda não acabou e, mesmo quando estiver para trás, haverá repercussões nos próximos anos".

"As chances de uma recessão no mercado aumentaram", escreveu Dimon. "E embora isso não seja nada parecido com 2008, não está claro quando esta crise atual terminará. Ela provocou muito nervosismo no mercado e claramente causará algum aperto nas condições financeiras à medida que os bancos e outras instituições financeiras se tornarem mais conservadoras."

Europa

O terror também paira no Velho Continente.

Com a derrocada surpresa do Credit Suisse, ligando um sinal de alerta no setor bancário, o Banco Central Europeu manteve linha dura nos juros.

O BCE anunciou a elevação da taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual, mantendo o ritmo do aperto monetário. Com isso, a taxa de refinanciamento (a principal) definida pelo BCE subiu de 3% para 3,5%, enquanto a taxa sobre depósitos avançou de 2,5% para 3%. A taxa sobre empréstimos marginais foi de 3,25% para 3,75%. "O setor bancário da zona do euro é resiliente, com fortes posições de capital e liquidez. O kit de ferramentas de política do BCE está totalmente equipado para fornecer apoio de liquidez ao sistema financeiro, se necessário, e para preservar a transmissão harmoniosa da política monetária", afirmou o banco. No comunicado em que anunciou o novo aumento dos juros, o BCE chamou atenção para a resiliência da inflação na Europa. As expectativas para a inflação ficaram em 5,3% para 2023, 2,9% para 2024 e 2,1% para 2025.

Na Alemanha, a recessão bateu na trave e a inflação diminuiu, mas não o esperado. A taxa anual inflacionária desacelerou para 7,4% em março, ante 8,7% em fevereiro, segundo dados preliminares divulgados pela Destatis. O resultado, porém, ficou acima da expectativa de analistas consultados pelo The Wall Street Journal, que previam taxa de 7,2% neste mês. Na comparação mensal, o CPI alemão subiu 0,8% em março. Também neste caso, o consenso do WSJ era de alta menor, de 0,6%.

Britânicos também escaparam da recessão técnica por detalhes e invariavelmente, também subiram juros. O BoE elevou sua taxa de juros básica em 0,25 ponto percentual para 4,25% e informou que poderá elevar os juros ainda mais caso as pressões inflacionárias se mostrem persistentes. A expectativa era de que o BoE mantivesse os juros inalterados nesta reunião, mas uma reaceleração da inflação em fevereiro fez o banco central optar por uma nova alta. Depois de cair de 10,5% em dezembro para 10,1% em janeiro, o índice de preços ao consumidor (CPI) voltou a subir para 10,4% em fevereiro. O BoE também informou que o PIB ficará estável em 2023, mas deve subir ligeiramente no segundo trimestre em vez de cair 0,4%, como estimado anteriormente em fevereiro. "Como a garantia de preço de energia (EPG) do governo será mantida em 2.500 libras por mais três meses a partir de abril, a renda real disponível das famílias pode permanecer praticamente estável no curto prazo, em vez de cair significativamente", diz o documento, que também ressalta que o mercado de trabalho permaneceu apertado desde a reunião de fevereiro e novos dados apontam para um crescimento do emprego mais forte do que o esperado no segundo trimestre de 2023 e uma taxa de desemprego estável em vez de crescente.

Ásia

China

O gigante asiático se curou da Covid-19, quem freará a China?

A atividade econômica da China registrou um leve avanço no primeiro bimestre deste ano, com crescimento nos indicadores de produção industrial, vendas no varejo e investimentos. As informações foram divulgadas pelo Departamento Nacional de Estatísticas do governo chinês. A produção industrial em janeiro e fevereiro aumentou 2,4% na comparação com o mesmo período do ano anterior. As vendas no varejo, um importante indicador de consumo, aumentaram 3,5% nos primeiros dois meses deste ano. A taxa de investimento anualizada também cresceu nos dois primeiros meses do ano alcançando 5,5%, acima da expectativa de 4,5%. A taxa de desemprego pesquisada nas áreas urbanas, porém, apresentou leve alta, atingindo 5,6%, em fevereiro, contra 5,5%, em janeiro.

Japão

A passos de formiga e sem vontade, os japoneses continuam de maneira ultrafrouxa a melhorar os indicadores e perspectivas perante a economia.

O PMI da indústria do Japão avançou de 47,7 em fevereiro a 49,2 em março, informaram a S&P Global e o Jibun Bank. Apesar da melhora, a leitura continua abaixo da marca de 50, que separa contração da expansão na pesquisa. Segundo a pesquisa, as condições gerais de negócios entre os fabricantes japoneses se deterioraram pelo quinto mês consecutivo em março, em meio a reduções sustentadas na produção e nos novos pedidos. No entanto, ambos os segmentos registraram as contrações mais suaves desde outubro passado.

No que vem assombrando o mundo, inclusive o Japão com recordes inéditos, a inflação reduziu para 3,1% em fevereiro. O resultado representou uma desaceleração, uma vez que a inflação anualizada em janeiro tinha batido a marca de 4,2%, a mais alta desde setembro de 1981.

América Latina

Argentina

Cenário seco e caótico, para “melhorar” ainda tem eleições presidenciais no horizonte em outubro. Na Argentina, sempre dá para piorar.

A inflação da Argentina chegou a 102,5% no acumulado em um ano, informou o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC). É a primeira vez em mais de 30 anos que o índice de preços do país supera a barreira de três dígitos, atingindo o maior patamar desde setembro de 1991. A alta mensal foi de 6,6%, registrada em fevereiro. Nos dois primeiros meses de 2023, a inflação argentina acumulou um avanço de 13,1%. "Os dados de inflação de fevereiro são, sem dúvida, muito ruins. Em especial, em fevereiro o impacto da carne foi muito forte, que subiu 19,5% devido à intensa estiagem que estamos passando", afirmou, em comunicado, o secretário de Política Econômica da Argentina, Gabriel Rubinstein.

Juros também nas alturas, mas completamente inofensivos à monstruosa inflação. O Banco Central da República Argentina (BCRA) confirmou o aumento de 300 pontos-base da taxa básica de juros do país, deixando o rendimento nominal anual de depósitos de até 10 milhões de pesos para pessoas físicas em 78%. A taxa nominal da chamada Letra de Liquidez (Leliq) de 28 dias também subiu para 78%.

Chile

O Chile começou a reduzir a inflação e a melhorar outros indicadores econômicos sem renunciar a um projeto progressista que é "muito diferente" do tradicional da esquerda latino-americana, afirmou o ministro da Fazenda, Mario Marcel, em entrevista à AFP. Em fevereiro, os preços registraram queda de 0,1% e a inflação em 12 meses ficou em 11,9%, enquanto o desemprego se mantém praticamente estável, em 8%. O peso chileno valorizou-se depois de algumas turbulências, e a economia cresceu 0,4% em janeiro em comparação com o mesmo mês de 2022, um número que, junto com o índice de preços ao consumidor, surpreendeu os especialistas.

Depois de um início espinhoso, parece que o ministro Marcel se tornou insubstituível e primordial para a remontada da reputação do governo Boric.

América Latina

México

Aos pouquinhos, a Latam segue (com suas exceções) se reconstruindo do cenário tortuoso da economia global.

A economia do México cresceu no primeiro trimestre um pouco mais do que o inicialmente estimado, expandindo 1,0% em relação aos três meses anteriores, mostraram dados oficiais. O número ajustado sazonalmente publicado pela agência nacional de estatísticas INEGI foi mais forte do que uma estimativa preliminar de expansão de 0,9% para o período de janeiro a março. O detalhamento dos dados do INEGI mostrou que as atividades primárias, que abrangem agricultura, pesca e mineração, contraíram 2,0% em comparação com o trimestre anterior. Em contraste, as atividades secundárias, que incluem a manufatura, expandiram 1,2%, e o setor terciário, que compreende serviços, cresceu 1,3%. Em comparação com o mesmo trimestre de 2021, a economia mexicana cresceu 1,8%.

Ainda que em um bom caminho, o BC mexicano optou por pecar por segurança demais, do que de menos. O Banxico elevou sua taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, a 11,25% ao ano, por unanimidade, com expectativa de retornar a inflação a sua meta de 3% no quarto trimestre de 2024. O aumento foi menor em relação ao último, em fevereiro deste ano, de 0,50 ponto percentual, com o BC mexicano sinalizando agora que sua próxima alta da taxa deve repetir o nível da realizada. A instituição afirmou que tomará sua próxima decisão “em função do panorama inflacionário, considerando a postura monetária já alcançada”. Em seu comunicado, o Banxico afirmou que o mercado de trabalho se manteve forte e a atividade econômica nacional foi resiliente perante os colapsos bancários de instituições nos Estados Unidos e na Europa, como foi com o Silicon Valley Bank (SVB) e o Credit Suisse, respectivamente.

“O Banco do México se manterá atento a qualquer evolução dos ocorridos no mercado internacional e possíveis impactos na economia local”, afirma ainda a instituição em documento.

Brasil

Após grande expectativa, finalmente, o tão aguardado arcabouço fiscal foi apresentado aos brasileiros. Como já muito discutido, vem para substituir o teto de gastos. Além da proposta, outro destaque do mês foram, novamente, os embates públicos entre o Presidente da República e a autoridade monetária do país a respeito da alta taxa de juros, gerando mais insegurança e turbulência no cenário político. Ata do Copom também esteve em evidência.

O mês foi, mais uma vez, marcado pela deterioração dos indicadores inflacionários e por sinais de desaceleração na atividade. Vimos também um ambiente ainda menos favorável para crescimento e reconhecemos também que o balanço de risco se deteriorou ao longo de março em função de um aperto adicional das condições financeiras por conta do contexto externo mais desafiador, bem como um baixo nível de confiança.

A situação do crédito continuará complexa nos próximos meses, ainda que não enxerguemos crise iminente no Brasil, mas uma desaceleração relevante, esperada e de certa forma necessária para que o aperto monetário do BC tenha capacidade para controlar as atuais e futuras pressões de inflação. Como produto desse ambiente, já vemos sinais de desaceleração no mercado de trabalho, com a taxa de desemprego chegando a 8,6%, em uma tendência de alta mais acentuada, sobretudo em um cenário de recuperação da taxa de participação com um viés altista para a taxa ao longo do ano – o que é um risco importante por ser “trigger” de reações e políticas mais tempestivas por parte do governo federal.

Os dados divulgados pelo IBGE sobre o desemprego no país em fevereiro corroboram as visões de que o mercado de trabalho passa por um abrandamento gradual no momento. A contínua queda na taxa de participação – a porcentagem de pessoas em idades de trabalhar – e a redução na ocupação são fatores que ajudam nessa percepção. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a taxa média de desemprego já citada apresentou uma alta de 0,5 ponto porcentual em comparação com o trimestre anterior (entre setembro e outubro), mas abaixo do esperado pelo consenso de mercado.

O resultado de hoje mostra um número mais positivo e em linha com o forte resultado do CAGED no mês, indicando resiliência do mercado de trabalho, principalmente ao considerarmos o patamar de juros e o elevado grau de incerteza doméstica. Para 2023, a despeito de esperarmos certa estabilidade na taxa, esperamos uma deterioração do qualitativo do mercado de trabalho, com baixa taxa de participação e modesta geração líquida de postos.

Na inflação, o IPCA-15 registrou alta de 0,69%, próximo do consenso de 0,67%. Em 12 meses, a inflação ficou em 5,4%, mas o destaque foi a surpresa baixista no grupo de serviços. Na margem, com dados dessazonalizados e anualizados, a inflação de serviços subjacentes está rodando próximo de 5%. É de se ressaltar que a desancoragem até 2026 dificulta cenário para cortes de juros no primeiro semestre.

(./...)

Brasil

Muito embora o IPCA-15 tenha mostrado uma situação levemente menos desfavorável no núcleo de inflação e a recomposição do ICMS em combustíveis, temos ainda incertezas sobre a trajetória fiscal, com enorme pressão por cortes de juros antecipados e/ou alterações nas metas, portanto seguimos vendo uma desancoragem das expectativas inflacionárias de médio prazo, com o FOCUS revelando preocupantes 4% de IPCA para 2025 e 2026, 100 bps acima da atual meta de inflação que será perseguida a partir de 2024.

À luz do cenário em torno das expectativas de inflação, o BC manteve os juros estáveis e não aliviou em seu discurso; manteve um tom duro e alertou para os riscos em torno da inflação. O comitê indicou preocupação com o nível de desaceleração econômica e sinalizou que o próximo movimento será um corte de juros, mas que não seria algo iminente. E em cima disso, o governo aumentou o tom do discurso contra o BC, seu presidente e o atual nível dos juros.

O afrouxamento monetário só deve ocorrer se o volume de empréstimos cair mais do que o esperado e se essa queda for disseminada entre as diferentes modalidades, o que não vem ocorrendo. Há um consenso no mercado de que, se de fato estiver caindo mais do que deveria, essa queda é concentrada em alguns segmentos, como as linhas de empréstimos para as empresas e a colocação de títulos privados, depois do escândalo da Americanas.

Para lidar com quedas localizadas no mercado de crédito, o consenso do Copom é que o remédio adequado seriam as chamadas medidas macroprudenciais. Isso poderia envolver a injeção de dinheiro nos bancos para apoiar esses mercados por meio das novas linhas de assistência de liquidez ou simplesmente a liberação de depósitos compulsórios. Mas, por enquanto, o Banco Central não vê a necessidade de tomar essas medidas do lado da estabilidade financeira, como disse Roberto Campos Neto, em entrevista para a divulgação do Relatório de Inflação.

Diante da atual conjuntura macroeconômica, entendemos que o pior já passou, apesar de instabilidades, e portanto seguiremos cautelosos, aguardando o arcabouço final que deverá sofrer alguns ajustes apesar do apresentado já nos dar uma maior previsibilidade dos fatos em um ano que será duro. Os esforços para uma recuperação da atividade e uma maior credibilidade institucional foram entregues e cabe agora acompanhar as fontes de arrecadação a serem anunciadas pelo governo e os efeitos da nova regra fiscal.

Brasil

Sobre o Arcabouço Fiscal...

Após grande expectativa, finalmente o tão aguardado arcabouço fiscal foi apresentado.

Com ele, vem o compromisso de resultado primário até 2026, com meta e banda de variação, limite de despesas e instrumentos anticíclicos. A política fiscal seguirá ainda para o Congresso Nacional.

A medida representa um conjunto de regras para controlar as contas públicas e permitir que o governo faça investimentos em áreas consideradas prioritárias enquanto tenta equilibrar, simultaneamente, a dívida do país. O plano apresentado hoje substitui o teto de gastos, criado em 2017 durante a gestão de Michel Temer, e criticado por petistas por engessar a capacidade de promoção de políticas sociais por parte do governo. As regras atuais também são vistas como frágeis pelo mercado pelas brechas abertas nos últimos anos para permitir despesas fora do teto.

O arcabouço fiscal estabelece um limite para o crescimento das despesas em relação às receitas, metas para o resultado primário e um piso para investimentos. A proposta inclui um sistema de "bandas", que dão flexibilidade ao governo para promover ajustes de acordo com o ciclo econômico e foi altamente aguardada pelos investidores e agentes econômicos, com atenção especial para o controle da dívida pública, visando então limitar a escalada dos preços e segurar a inflação.

A nova âncora prevê zerar o rombo das contas públicas a partir do ano que vem e limitar o avanço dos gastos do Governo em 70% da receita, vale lembrar que no caso anterior do teto dos gastos só se poderia gastar no ano que vem o que se gastou no ano passado acrescido da inflação. Caso não se atinja o desejado, esse percentual será reduzido como punição, caso o governo não cumpra a meta de resultado fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Se a meta for descumprida, o governo só poderá aumentar suas despesas em 50% da receita no ano seguinte e se descumprir de novo, cairá para 30% no ano posterior.

A proposta prevê também mecanismos de controle de despesas para corrigir as distorções, principalmente em cenários anticíclicos (ou seja, que permitiriam alguma expansão em momentos de crise), entendendo que assim o país será capaz de fazer uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, sobretudo pela maior flexibilidade do orçamento.

O governo federal prevê como metas um resultado negativo primário de 0,5% neste ano, resultado zero no ano que vem, e superávits de 0,5% e 1% em 2025 e 2026, respectivamente. Os números são sempre em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e têm, para cima e para baixo, banda de 0,25% do PIB.

Há compreensão também que para chegar nas metas colocadas até 2026 será necessário encontrar fontes de receitas adicionais. O plano é não mexer com alíquotas ou criar impostos, mas buscar maneiras de combater as distorções tributárias, aumentando potencial arrecadatório da União. ⁹

Brasil

A regra terá base no ano anterior para evitar superestimação do orçamento, mas o objetivo é que o governo tome as medidas necessárias de ajuste ao longo do ano para evitar condições mais duras para a despesa no ano seguinte.

Em conformidade com o documento apresentado pelas autoridades, o novo arcabouço fiscal proporcionará:

- Menos inflação;
- Mais estímulo ao investimento privado;
- Menos juros na dívida pública;
- Atração de investimentos internacionais;
- Recuperação do grau de investimento;
- Recuperação do grau de investimento;
- Mais previsibilidade e estabilidade.

Na apresentação do plano, Haddad ressaltou a necessidade de aprovar uma reforma tributária, também em discussão com o Congresso, e afirmou que não há no horizonte do governo a criação de novos tributos ou elevação de alíquotas, medidas que poderiam aumentar as receitas federais.

Do ponto de vista da previsibilidade, o arcabouço entrega o que o mercado e o Banco Central esperavam, uma regra fiscal mais clara, pois era inconcebível ver o governo atual 'quebrando' de todas as formas o modelo antigo. É essa a maior visibilidade no radar que traz segurança para o mercado, BC, investidores e empresários. As regras do jogo estão mais claras e a partir de agora é possível se traçar um planejamento econômico mais sólido. E para melhorar ainda mais o cenário, seria interessante o governo agilizar em paralelo ou logo na sequência, a entrega de uma reforma tributária.

Juros & Câmbio

Em março, tivemos reuniões tanto do Copom, quanto do FOMC. Nos EUA, o FOMC optou por uma alta de 25bps na Fed Funds Rate, em linha com as projeções, levando-a ao intervalo de 4,75% - 5%, apesar de toda a volatilidade gerada pela quebra do SVB.

Destaque o tom mais duro do comunicado, surpreendendo o mercado, onde os membros não descartam novas altas de juros: *"O Comitê antecipa que algum endurecimento adicional da política pode ser apropriado para atingir uma postura de política monetária que seja suficientemente restritiva para retornar a inflação para 2% ao longo do tempo"*.

No Brasil, o Copom optou, mais uma vez, pela manutenção da taxa Selic em 13,75%. Assim como nos EUA, o comunicado foi mais duro que o esperado, onde os membros do comitê destacaram que poderiam até subir mais a taxa Selic, caso a inflação se mostrasse persistente.

Após a divulgação do comunicado, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, veio a público declarar que: *"No momento em que economia está retraindo, o Copom chega a sinalizar uma subida da taxa de juros. Lemos com muita atenção, mas achamos que realmente o comunicado preocupa bastante"*.

A declaração, em nossa visão, foi como *"apagar um incêndio com gasolina"*, levando em consideração o embate à respeito da independência do Banco Central junto ao Governo Federal.

Após repique em fevereiro, o índice DXY retomou sua trajetória de baixa iniciada em setembro, em queda de 2,25%, levando a uma baixa acumulada de 0,98% desde o início deste ano.

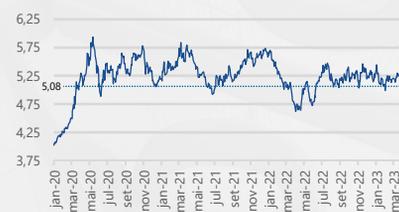
Em relação ao real, a queda do dólar comercial foi de 3,98%, impulsionado não só pela tendência de baixa global do dólar, como também por fatores técnicos e pelo *Carry Trade* ainda muito atrativo, principalmente quando levamos em consideração a percepção por parte do mercado de que os juros americanos estão cada vez mais próximos do topo.

O Bitcoin registrou forte recuperação, em alta de 23,1%, impulsionado pelos temores em relação a possível crise bancária nos EUA. Após a valorização expressiva no mês, a criptomoeda acumula ganhos de 72,3%.

Moedas

Dólar	5,08	-2,45%
Euro	5,49	-0,91%
Libra	6,24	-0,80%
Yuan	0,74	-2,42%
Iene	0,04	-0,73%
Lira Turca	0,26	-4,87%

Evolução Dólar



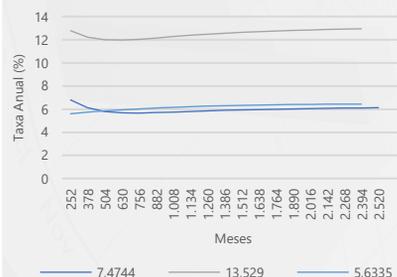
Fonte(s): Investing. Elaborado pelo AWARE Investments

Evolução Ouro



Fonte(s): Investing. Elaborado pelo AWARE Investments

Curva de Juros



Fonte(s): Anbima. Elaborado pelo AWARE Investments

Bolsas

Em março, com o fim da temporada de balanços ref. 4T22, já pudemos observar os impactos do crescimento econômico na receita das companhias e o resultado da inflação e juros elevados nas despesas operacionais e financeiras. Nesse cenário, o Ibovespa recuou 2,91% aos 101.882 pontos, contribuindo para baixa de 7,16% desde o início deste ano.

Outro fator que pressionou a performance da bolsa brasileira foi a continuação do confronto entre Governo Federal e Banco Central. A ala política do governo retomou a pressão por juros menores, mesmo diante da baixa visibilidade no horizonte, enquanto o presidente Lula elevou o tom e pediu uma ação concreta do Senado, evidenciando que, infelizmente, esta batalha ainda está longe de terminar.

Nos EUA, apesar do S&P 500 ter registrado ganhos de 3,51%, o mês foi extremamente conturbado, repleto de volatilidade, devido à crise provocada pela quebra do Silicon Valley Bank. Em um primeiro momento, observamos uma reação extremamente negativa do mercado, preocupado que o efeito se alastre para outras instituições, criando uma corrida bancária. Na sequência, após resposta do FED, o mercado passou a precificar que essa "crise" faria com que o ciclo de alta de juros se tornasse mais curto, impulsionando as bolsas para território positivo.

Apesar da resposta rápida por parte do FED, impedindo que o movimento se alastrasse em território norte-americano, os impactos foram sentidos do outro lado do Atlântico, pelo Credit Suisse, que já vinha apresentando dificuldades financeiras há muitos anos, e acabou tendo que ser comprado pelo UBS por orientação das autoridades financeiras suíças.

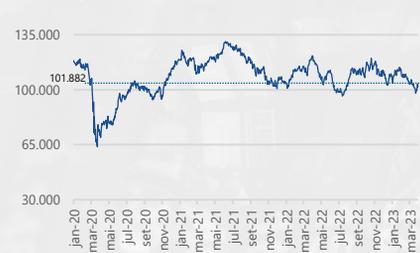
Ainda sobre o Velho Continente, o Euro Stoxx registrou alta de 1,8%, sem direção única entre as diferentes geografias. Na França, apesar do cenário caótico, observamos alta de 0,75% no CAC. Na Alemanha, devido a um cenário mais calmo, a alta do DAX foi de 1,72%. Na Inglaterra, observamos movimento contrário, onde o FTSE registrou perdas de 3,1%.

Na Ásia, o principal índice de Hong Kong registrou ganhos de 3,1%, seguido pelo Nikkei, em alta foi de 2,17%. Na China continental, a dinâmica de preços foi contrária, onde o Shenzhen Index e o Shanghai Index registraram perdas de 0,5% e 0,21%, respectivamente.

Índices

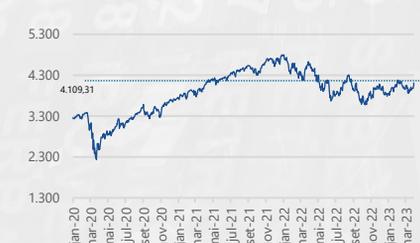
Ibovespa	101.882,00	-2,91%
S&P 500	4.109,31	3,51%
Nasdaq	12.221,91	6,69%
Euro Stoxx 50	4.315,05	1,81%
Shanghai	3.272,86	-0,21%

Ibovespa



Fonte(s): Investing. Elaborado pelo AWARE Investments

S&P 500



Fonte(s): Investing. Elaborado pelo AWARE Investments

Índice EWZ



Fonte(s): Investing. Elaborado pelo AWARE Investments

Perspectivas

Referente a Brasil, o mercado busca sinais mais claros de que o país está seguindo para direção correta, diante desse ambiente global desafiador, mesmo considerando os efeitos positivos do despertar da China. Nesse sentido, a resolução da crise fiscal é pré-requisito para a recuperação e manutenção do apetite por risco nas atividades, seja entre os próprios investidores brasileiros, ou entre os investidores estrangeiros. Por outro lado, continuamos observando um ambiente inflacionário de alto risco, mas que provavelmente não receberá uma resposta conflitante do BC, pressionando o cenário de taxas reais apesar das incertezas financeiras.

Entendemos que o mês de abril não deve ser o momento de confirmação de uma tendência altista mais clara para o mercado brasileiro, que deve apenas se confirmar quando houver aprovação de fato do novo arcabouço fiscal, com a certeza de que as novas regras são críveis, e que não seja necessário um aumento de impostos. Até lá, devemos ter muita volatilidade na bolsa brasileira, e no preço do dólar frente ao real.

Nos EUA, a quebra de 2 bancos acendeu uma luz de alerta: Os níveis restritivos das atuais políticas monetárias podem causar consequências terríveis. A Zona do Euro também vem observando que o cenário se apresenta desafiador, e assim como o FED tem afirmado, também se posiciona sugerindo que o enfrentamento ao quadro inflacionário será mais longo do que o esperado hoje. Na Ásia, a retomada da China acarreta uma preocupação ainda maior, visto que os níveis de inflação globais devem ser impactados.

Observamos que o mercado global está apresentando algumas tendências para os próximos meses: 1º) menor crescimento; 2º) juros altos por mais tempo; 3º) inflação elevada por mais tempo, ainda que desacelerando; e 4º) maior volatilidade, em especial por conta da incerteza envolvendo a dinâmica de crédito. Nesse cenário, o apetite ao risco diminui, fazendo com que o investidor aumente sua posição em investimentos mais conservadores, ou em ativos considerados de proteção.



Disclaimer

Nossas opiniões são frequentemente baseadas em várias fontes, já que dependemos grande parte de nosso tempo com análises de amplitude global de vários bancos, gestores, corretoras e consultores independentes.

Todas as opiniões contidas neste relatório representam nosso julgamento até esta data e podem mudar sem aviso prévio, a qualquer momento.

As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo e não devem ser consideradas como uma oferta de aquisição de cotas dos fundos de investimentos. Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura, sempre leia o prospecto e o regulamento antes de investir.

Be **AWARE** with your
investments

AWARE INVESTMENTS
Multi Family Office

Sao Paulo • Rio de Janeiro • Belo Horizonte • Lisbon • Geneva

contato@awaregestao.com
www.awaregestao.com